



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO DIANTE DO CENÁRIO DE CRISE POLÍTICA E RESTAURAÇÃO BURGUESA

Iris Sunsyaray Mendes Feliciano¹

Resumo: O trabalho visa trazer um panorama geral dos principais desafios ao Serviço Social na sociedade brasileira. Uma sociedade que padece pela racionalidade do mercado, pelo avanço desenfreado do neoliberalismo e por um momento político que demonstra a sua suscetibilidade democrática. Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Serviço Social. Sociedade brasileira. Neoliberalismo.

Abstract: The paper aims to provide an overview of the challenges to Social Service in Brazilian society. A society with market rationality, by the rampant neoliberalism and by a political moment that demonstrates it's a democratic susceptibility. How the methodology uses bibliographical and documentary research.

Key Words: Social Service. Brazilian Society. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

São tempos nefastos. Tempos de esgarçamento das políticas em espectro social. Tempos em que resistir nunca se fez tão necessário. As duas primeiras décadas dos anos 2000 constataam uma obliteração de direitos para a classe que sobrevive do trabalho. A terceirização, quarteirização e a instabilidade financeira se dimensionam de tal forma que resultam na precarização das formas de trabalho, e aponta Netto (2010) como tendência nesse período a ampliação de programas sociais em detrimento do trabalho como direito e para os(as) assistentes sociais, a expansão de cargos para o gerenciamento da pobreza e a integração à ordem.

O Serviço Social não ficou imune à essa gama de alterações decorrentes da face mais recente do capitalismo. O assistente social encontra-se duplamente atingido. Primeiro, por compor a classe trabalhadora e ser um profissional assalariado (IAMAMOTO, 2008) e segundo, por ter na maioria das vezes uma atuação vinculada a políticas e programas de governo. Conforme Mota (2016), a ofensiva das classes dominantes atinge desde o

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: iris_sunsyaray@hotmail.com.

exercício da formação profissional *stricto sensu* à articulação das mobilizações sociais, ameaçando o Serviço Social como um todo.

A política de conciliação de classes desenvolvida no país pelos governos petistas de Luís Inácio² e Dilma Rousseff³ desaguou no avanço do conservadorismo e do neoliberalismo com a chegada de Jair Bolsonaro à cadeira presidencial. Visamos compreender esse processo de crise política interna e retomada da burguesia vinculada ao capital internacional para discutirmos os reais limites e possibilidades do Serviço Social no Brasil contemporâneo.

Nessa conjuntura, se faz necessária não apenas a compreensão do panorama interno e da lógica mundial como também os entraves rebatidos ao Serviço Social brasileiro, para assim avançarmos a direção social que norteia a profissão, a qual visa à construção de uma sociedade sem qualquer tipo de exploração do homem pelo homem.

O método de investigação utilizado para este estudo foi o materialismo histórico dialético, o qual busca a consideração das múltiplas determinações existentes na realidade social a fim de alcançar a essência dos fenômenos sociais, suas contradições e totalidade. Quanto aos aspectos metodológicos, foi necessário a realização das pesquisas bibliográfica e documental.

É visando meios para que o Projeto Ético Político da profissão continue tendo materialidade frente às expressões da “questão social” na sociedade brasileira e buscando caminhos que nos venham subsidiar a formação e atuação política dos/das assistentes sociais que nos debruçamos neste ensaio.

2 Crise sociopolítica entre 2015 -2016 e o despedaçamento do lulismo

Tecemos um recorte de análises que consideramos elementares dentro do quadro das ciências sociais para compor elucidações sobre o desfecho da crise de 2015 e 2016, com o afastamento de Dilma Rousseff e a conseqüente queda do lulismo.

Para Braz (2017), o resultado⁴ da política de conciliação de classes desenvolvida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) atingiu as esquerdas como um todo. No início dos anos 2000, setores da esquerda, centro-esquerda e mais um considerável contingente populacional se “iludiram” com as perspectivas democráticas defendidas pelo governo Lula

² No período de 01 de jan. de 2003 a 1 de jan. de 2011.

³ No período de Jan de 2011 a 31 de ago. de 2016.

⁴ Entendemos como resultado a saída de um partido com um viés dito de esquerda e a conseqüente restauração da burguesia neoliberal. A forma que o PT sai da cena pública rebate nas esquerdas do país de modo geral.

com a chegada do PT ao poder. Entretanto, o que se objetivou foi a ampliação do domínio do mercado com políticas neoliberais voltadas para a conservação das classes elitistas dominantes e um crescente número de políticas compensatórias pontuais e focalizadas.

Boito Jr. (2018) define as décadas de 1990 a 2000 como o momento de implantação de uma nova política econômica e social, o neoliberalismo, que se erguia em contraste ao desenvolvimentismo que o antecedeu. Caracteriza o neoliberalismo como um receituário que contemplou interesses burgueses associados ao capital internacional. Logo, há um recuo nos direitos sociais e trabalhistas, no desenvolvimento industrial e no Estado provedor de serviços sociais, amplia-se a desnacionalização de empresas e produtos e fortalece-se a lógica moral e individualizante como responsável pelo fracasso ou sucesso.

Esse autor trabalha com a perspectiva poulantziana de bloco no poder, na qual acredita-se que o Estado atua em consonância à fração de classe que está no bloco do poder. Para ele, nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff a burguesia hegemônica é a chamada burguesia interna, a qual demanda subsídio estatal. Estão inseridos nesse campo grupos de ensino, saúde, construção civil, industriais, entre outros. Explica que por essa razão o Estado adota uma política neodesenvolvimentista, na qual alia-se crescimento econômico e desenvolvimento, mesmo que mantendo o modelo econômico neoliberal. E a burguesia externa está associada ao capital internacional e à lógica do mercado, ao neoliberalismo ortodoxo.

Para Boito Jr. (2018), a centralidade da crise de 2016 se deu no conflito entre a burguesia interna e a burguesia externa. De acordo com essa análise, a burguesia associada e o imperialismo trabalharam para depor PT do poder e a política desempenhada pelo partido. Esse autor considera, por exemplo, que essa fração burguesa atuou de modo direto para o sucesso da chamada Lava-Jato, uma operação de investigação contra a corrupção instalada no Estado, na qual, na visão do autor, tinha Lula, a Petrobrás e o PT como alvos centrais. Destronando esses “impecílios” se dava o caminho para a viabilização de seus interesses.

A Lava-Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média [...]. Está contribuindo, enormemente, para a restauração do neoliberalismo puro e duro, política que expressou, na década de 1990, a hegemonia do grande capital internacional e da fração associada da burguesia brasileira (BOITO JR., 2018, p. 256).

Percebemos uma articulação orquestrada para a deposição da presidente. A grande mídia e instâncias judiciais do Estado atuavam contra o Governo. Para Singer (2018), o processo do impedimento parte de uma cúpula com interesses de dominação e de execução de um projeto político-ideológico que difere do neodesenvolvimentismo e aponta para a lógica do livre mercado, da financeirização e do capital internacional.

Iasi (2017) também esclarece que o Estado brasileiro não corresponde a interesses restritos e específicos de uma classe, entretanto entende que ao tempo que interveem visando conservar a ordem existente e viabilizar a expansão do capital, atua também em políticas para atingir as classes mais baixas da sociedade. Fato que segundo o autor, evidenciava nos governos do PT uma sutil possibilidade dessa correlação de forças resultar numa nova configuração de Estado, favorecendo mais aos trabalhadores, uma vez que esses governos foram marcados por uma redução drástica de miserabilidade e uma visível ascensão de classes sociais (SINGER, 2018). É nesse sentido que o autor nos explica o descontentamento dos setores dirigentes do capital e da importância do golpe de 2016 nesse processo de reafirmação do Estado burguês.

Para Iasi, a crise atual evidencia a incapacidade de o Estado burguês manter sob o falacioso discurso dos direitos e da democracia sua real face de inclinação à conservação e expansão da classe dominante. Defende que o Estado atual continua buscando o consenso das classes e que este não perdeu seu “caráter de classe (IASI, 2017, p.64)” visando os interesses burgueses. E para isso se vale de mecanismos coercitivos e ideológicos; conta com “poderosos instrumentos de poder (IASI, 2017 p. 64)” como os meios de comunicação, os aparelhos ideológicos culturais e outras ramificações de poder e ação estatal, como o exemplo do Supremo Tribunal Federal (STF) e do parlamento, capazes de se aliarem para depor uma presidenta eleita e violar a nossa própria democracia, com o argumento da legalidade e do crime de responsabilidade fiscal.

O processo de impedimento apontava crimes de responsabilidade fiscal cometidas pela mandatária naquele ano. Era acusada de atrasar repasses a bancos públicos, maquiando assim os dados para a previsão fiscal. O Tribunal de Contas da União também reconheceu o descumprimento de outra lei orçamentária, quando a dirigente também no corrente ano sancionou a liberação de créditos sem o aval do congresso (G1, 2015).

O advogado de defesa da presidenta, José Eduardo Cardoso, declara que não pode ter ocorrido crime de responsabilidade, pois não se tratou de uma ação dolosa, intencional por parte da dirigente. Explica que os decretos foram editados com base legal pela equipe técnica e jurídica, e argumenta que a edição de decretos de crédito suplementar foi de acordo com a meta do superávit primário (UOL, 2016).

Em discurso ao Palácio do Planalto, a presidenta proferiu a sua defesa: “São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam esse pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público” (G1, 2015).

Braz (2017) caracteriza o golpe ocorrido contra a presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016 por meio de um jogo articulado pelos meios midiáticos e parlamentares com o apoio do judiciário e do Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme a análise do autor, a deposição da presidenta contou com a suprema corte do legislativo e parte ativa do judiciário e da Polícia Federal. Descreve a ocasião como um espetáculo transmitido pela Rede Globo de Televisão e assistido por milhões de brasileiros, em que os deputados da câmara votaram pelo exílio da presidenta sob um discurso hipócrita e sensacionalista a favor de Deus da família e da luta pela corrupção.

No Brasil, as classes dominantes mantêm uma relação meramente instrumental com a democracia, “[...] basta existir um governo com algum “traço popular” [...] para que seja desestabilizado por dentro e por fora” (BRAZ, 2017, p. 90). Conforme esse autor, a deposição da presidenta Dilma ocorreu “[...] dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas” (BRAZ, 2017, p.89). Por isso, segue com a tese de que o *impeachment* de 2016 foi um “golpe democrático” operado no âmbito da democracia burguesa.

3 Os anos 2000 e os desafios ao Serviço Social Brasileiro

Mediante um cenário de caos e da recente batalha vencida pela burguesia filiada ao capital internacional, é necessário mirar os entraves profissionais, para que se consigam meios de superá-los e caminhar na direção social assumida pela profissão.

A análise que se tece aqui considera os tempos presentes em âmbito nacional e internacional. Tempos de crise do capital e suas conseqüentes repercussões no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Tempos internos de uma delicada e crítica crise política nacional que ameaça os parques direitos já conquistados pelas classes subalternas. Uma conjuntura que incide diretamente nas respostas oferecidas pelos assistentes sociais e no desenvolvimento do Serviço Social nacional.

O ano de 2016 comemorou os 80 anos do Serviço Social no país. Uma profissão advinda de matriz católica, fundamentada religiosamente, e que depois, buscando firmar-se no campo científico, aderiu a concepções americanas e europeias. Uma profissão que desde a década de 1970, a partir do contato com a comunidade, com o Serviço Social de comunidade, buscou romper as amarras do conservadorismo que tanto a alimentou.

Para Iasi (2017), após a guinada na direção política dada pelo Serviço Social no fim da década de 1970, pelo popularmente conhecido “Congresso da Virada”, a profissão e

suas entidades representativas possuem hoje uma relevante importância ao cenário nacional frente às lutas de classe. Portanto, a identidade profissional perspectivada hegemonicamente no seio da categoria demanda a mudança no caráter do Estado burguês em nosso país.

Na visão do autor, o Serviço Social desde as últimas décadas do século XX tem desempenhado em sua natureza um movimento de resistência contra as transformações ocorridas a partir da crise do taylorismo/fordismo e da conseqüentemente contrarreforma do Estado. Apesar do avanço pós-moderno no seio da profissão, para Iasi (2017) em seu eixo formativo, de pesquisa e na prática o Serviço Social, seguiu em uma fronteira crítica. Vejamos o que nos fala o autor:

No entanto, o Serviço Social também foi e tem sido uma trincheira de resistência contra essa metamorfose. Soube manter-se firme em seus princípios e seu horizonte crítico, resistiu aos ataques dos governos de coalizão de classe, rompeu quando necessário e lutou sempre que foi chamado a fazê-lo. Ainda que diante das ofensivas de renovação do conservadorismo, muitas vezes travestidas nas teses sedutoras da pós-modernidade, nossas representações, como os Cress, o CFESS, a Abpess, souberam manter-se no campo da luta contra a barbárie, na defesa dos direitos dos trabalhadores, mesmo nos momentos mais difíceis em que canto enganoso das sereias atraía os navegantes incautos para os cortantes recifes e naufrágio inevitável (IASI, 2017, p. 83).

Entretanto, Netto (2016) identifica que mesmo havendo um predomínio dentro do corpo intelectual do Serviço Social de pesquisadores e estudantes a respeito de que o projeto ético político que norteia a profissão não se encontre ameaçado, não se pode desperceber o enfraquecimento histórico-analítico de como se deu o processo de constituição e desenvolvimento da profissão nos moldes atuais. Para o autor, é exatamente esse fato que poderá culminar em uma mudança de hegemonia na perspectiva social na qual hoje se fundamenta a profissão (NETTO, 2016).

Para o autor, há uma necessidade de aportes ideológicos e políticos, assim como os teórico-metodológico. E então só assim se perceberá que ocorre uma perda de materialidade ao projeto ético político (PEP). Na sua tese, Netto (2016) segue argumentando que até aqui não se acham evidências diretas que atestem a sua visão. Entretanto, observa que a forma como uma parcela considerável de pesquisadores da área defende a perfeita efetividade do PEP, assim como o postulado, é no mínimo duvidosa. E, denuncia que o projeto se dá como uma forma de pluralismo sem limites. Pluralismo o qual não é admitido em larga escala, tendo os seus limites e separação com o ecletismo e o sincretismo, comumente verificado nas tendências atuais.

O autor expõe a recente utilização em âmbito acadêmico, na pesquisa e na formação de uma gama de tendências metodológicas e de um pluralismo utilizado das mais diversas procedências. Chama a atenção para as situações práticas que são escolhidas e explicadas

sempre em consonância ou respaldada pelo PEP. Desse modo, nos instiga ao afirmar: “Um quadro de tamanha “consensualidade” deveria, a meu ver, despertar algumas dúvidas e várias interpelações (NETTO, 2016, p. 66)”.

Apontam como uma incidência na área acadêmica a aceitação e a utilização de vertentes ideológicas diversas. A esse processo o autor compreende como um “campo neoconservador”, a admissão de novos paradigmas devido à ascensão pós-moderna a fim de corresponder aos argumentos de que a abordagem pela tradição marxista não satisfaz e contempla certas categorias de análise. E, de acordo com Netto (2016), é cada vez mais corrente a constatação de uma produção acadêmica voltada ao ecletismo, ao relativismo e ao empirismo.

A partir dessa sua tese, Netto alerta que há uma “inflexão na atual direção social da profissão”. Conforme o autor, tal fato “[...] instaurará o quadro de uma profunda regressividade no movimento do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2016, p.67)”. De acordo com ele, a pesquisa do passado recente e do presente podem fornecer subsídios para a compreensão dos rumos que vem tomando a profissão de Serviço Social no país.

Ainda nessa análise sobre os principais entraves sentidos à profissão, Guerra (2016) ratifica que há um distanciamento entre a produção acadêmica e científico-profissional e o complexo cultural. Para a autora, tal lacuna rebate no exercício profissional: “A formação profissional não vem logrando que o referencial teórico crítico se expresse nas estratégias elaboradas e nas respostas construídas pelos profissionais no seu cotidiano diante do que consideram ser suas demandas profissionais (GUERRA, 2016, p.84).” A autora coloca que comparada à produção teórica, existe uma falta no momento de responder as demandas.

A autora alerta sobre a séria tendência atual de um marxismo idealista a qual segue o PEP como um roteiro a ser instrumentalizada, não se aprofundando no movimento contraditório e nem na totalidade da sociedade. E argumenta que se nutrem duas visões a respeito da teoria, ora considerada como dogma e ora como um suporte, capaz de oferecer os resultados imediatos.

Exige-se um profissional que faz, um profissional que resolva as questões que para ele chega na imediaticidade, com prontidão, capaz de manter a ordem e o status quo. Outra linha que se tornou uma constante centra-se ao profissional que trabalha de modo direto com as políticas públicas e sua nova roupagem, que agora adota o trato pela moral e centram-se nas famílias e no sujeito. Nesse processo, o(a) assistente social desempenha uma função de administração dos conflitos sociais, oferecendo respostas de caráter reformista e integrador com intervenções disciplinadoras. Ao tempo que inova, retroage, pois interveem visando o controle da moral e da pobreza. (GUERRA, 2016).

Somado a isso tem-se os rebatimentos do atual Estado gerencialista com sua lógica tecnocrática formal-abstrata. Um exemplo é a chamada transdisciplinaridade, que muitas vezes implica ao profissional uma série de demandas estranhas à sua natureza e ao seu fazer. Fato que muitas vezes recai numa desespecialização, em um tudo que não é nada, na perda de referências (GUERRA, 2016). E no âmbito das políticas como já dito, o(a) assistente social realiza um controle sobre os mais pobres e suas demandas, redimensionando-as para o modelo de política oferecida com respostas padronizadas. A respeito desse assunto nos inteira a autora:

Este Estado adota a aparência de neutralidade enquanto cresce a sua dimensão de controle, na mesma medida em que flexibiliza sua dimensão social [...] sendo implementador de políticas sociais. O Estado gerencial tem sido potencializado e exige novas atribuições para o exercício profissional no contexto do “novo” formato das políticas sociais”, utilizando-se da assistência social para exercer controle sobre os pobres e suas demandas, ainda que de maneira indireta, formatando-as dentro do modelo da política e oferecendo respostas padronizadas. Esse modelo exige da profissão uma intervenção essencialmente procedimental pela via da normatização, segundo um modelo racionalista formal-abstrato. Surgem atribuições no âmbito de controle e monitoramento da população pobre, inaugurando novas e recuperando velhas formas de controle, pela mediação das políticas e dos serviços sociais (GUERRA, 2016, p. 99)

Um desafio que também recai à profissão são os cursos na modalidade a distância. A categoria vem se mostrando no embate a esse perfil curricular por tratar-se de um curso aligeirado e de ensino precarizado. Resulta em um excedente profissional que precisará acessar o mundo do trabalho marcado por seus poucos direitos trabalhistas, baixos salários e funcional aos lucros. No seio dessas transformações, a dimensão técnica é colocada em detrimento das demais (MOTA, 2016), não retirando a sua importância, mas reconhecendo que ela sozinha se torna insuficiente no agir comprometido e competente que cabe ao assistente social em seus espaços de atuação.

Outros entraves também enfrentados no bojo das transformações societárias são rotatividade, empregos temporários, vínculos instáveis, baixos salários, pluriemprego, intensificação e extensão de carga horária. E por ser uma profissão de predominância feminina há o agravante do sobretabalho doméstico, da dificuldade do empenho necessário para o desenvolvimento de pesquisas e do tempo necessário de lazer e descanso, provocando doenças de diversas naturezas (GUERRA, 2016).

Essas foram algumas das diversidades centrais que impactam e enfrentam os(as) profissionais de Serviço social na conjuntura vigente da sociedade brasileira,

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, vimos que os resultados da política de conciliação de classes presentes nos governos do PT foram a inviabilização do “Estado social” nos termos em que se seguia (viabilizando pontuais e focalizadas políticas sociais na esfera da educação, saúde, assistência e previdência social). Os fatos que põem em xeque a democracia brasileira são todos propícios para a conservação e ou ampliação da hegemonia do capital. Para Braz (2017), o grande capital exigia agora um governo tipicamente burguês, sem abrir concessões aos trabalhadores e minando o que já conquistado por essa classe a partir de árduas lutas históricas.

Nesse processo, o Serviço Social é atingido como um todo. Netto (2016) provoca a respeito do consenso de que a hegemonia do projeto está assegurada e evidencia a entrada de vertentes e metodologias de variadas formas no campo científico e intelectual de produção. Para o autor, o momento atual na história da profissão é crítico e decidirá o futuro do Serviço Social em nosso país. Ele segue declarando os limites entre o pluralismo e o ecletismo, a incidência do relativismo e volta do empirismo no bojo profissional, movimentos que acompanham a lógica mundial.

No âmbito da prática vimos que a profissão vem cada vez mais ajustando-se aos moldes do Estado gerencialista e tecnocrático que requer dos assistentes sociais respostas prontas e ágeis. Para os que trabalham diretamente com a implementação das políticas, vimos que o desafio é ainda maior, pois o profissional é enxergado como um administrador da pobreza e trabalha com o “monitoramento” da população pobre no trato da manutenção à ordem e à moral, retomando antigas questões e funções. E é por base dessas características que a profissão ganha escopo na divisão social do trabalho.

Trazemos esse quadro mundial e interno por vezes desanimador, mas necessário para a caminhada quanto sujeitos políticos que atuamos, seja na formação, na pesquisa ou na prática profissional como um meio de decifrarmos a realidade e encontrarmos as possibilidades de garantir dia a dia o projeto profissional. Acreditamos assim como esse grande estudioso que “Na história do Serviço Social, o amanhã deve contar mais que o ontem – este, não podemos modificá-lo, mas aquele pode ser transformado pelo que fizermos hoje.” (NETTO, 2016, p. 72).

REFERÊNCIAS

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Unesp, 2018.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

G1. Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. Disponível em : <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em: 30/05/2019.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro. O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 72-84, jan./abr. 2017.

MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Angela. (Orgs.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro. In: GUERRA, Yolanda. **Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 83-110.

MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Angela. (Orgs.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro. In: MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Angela. **Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 29-53.

MOTA, Ana Elisabete. (Org.). O mito da assistência social. In: NETTO, José Paulo. **Prefácio**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 9-13.

SILVA, Maria Liduína. (Org.). Serviço Social no Brasil história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. In: NETTO, José Paulo. **Para uma história nova do Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 49-76.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das letras, 2018.

UOL. Comissão de impeachment: lei a íntegra da defesa de Dilma. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/comissao-do-impeachment-leia-a-integra-da-defesa-de-dilma/>>. Acesso em: 30/05/2019.